



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO CAMPO SINTÉTICO DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA E NOVA CASA VERDE., CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, NESTA TABELA:

ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA TOTAL
01	Unid	Contratação de empresa especializada para remoção e instalação de grama sintética esportiva para atender a necessidade de manutenção do campo sintético existente e instalação de 648 m² de nova grama sintética atendendo às seguintes especificações técnicas mínimas: Fornecimento e instalação de grama sintética esportiva, em rolos fabricados em polietileno, com proteção contra raios UV, altura de 50 mm, e manta de polipropileno com proteção em látex. A grama deverá ser na cor verde, com linhas de demarcação e áreas de recuo na cor branca. A gramatura do fio deverá ter densidade mínima de 8800 Dtex, com gálga 3/8" e 14 agulhas a cada 10 cm, do tipo monofilamento bicolor, com tratamento completo contra ação de intempéries e raios solares (100% UV). O sistema de base deverá possuir furos de drenagem de 15 a 30 furos/m², permitindo o escoamento da água. A base do produto deverá ser composta por látex, conferindo maior durabilidade e aderência ao solo. O sistema de amortecimento da grama deverá ser composto por camada de areia lavada e grânulos de borracha preta com granulometria de 0,8 a 3,0 mm, proporcionando melhor absorção de impacto. Com garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação ou desgaste prematuro. Deverão estar inclusos todos os materiais necessários à execução completa do serviço, como: Borracha granulada; Cola específica para grama sintética; Fita de junção (tape); Areia lavada para preenchimento; Equipamentos e ferramentas adequadas; Mão de obra especializada para remoção da grama existente e instalação do novo material. A grama atual deverá ser removida completamente antes do início da instalação. A instalação do novo material deverá ser feita conforme as melhores práticas do mercado, garantindo nivelamento, acabamento e segurança do espaço esportivo. O serviço será executado na quadra de futebol society da Mini Arena Esportiva, localizada na Rua Pastor Júlio Ferreira de Alencar nº 1056 – Nova Andradina – MS. Todos os materiais, ferramentas e demais itens necessários para	1



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

		a execução do serviço, bem como os custos com transporte, frete, hospedagem e alimentação, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.	
02	Unid	contratação de empresa especializada para remoção e instalação de grama sintética esportiva para atender a necessidade de manutenção do campo sintético existente e instalação de 648 m² de nova grama sintética atendendo às seguintes especificações técnicas mínimas: fornecimento e instalação de grama sintética esportiva, em rolos fabricados em polietileno, com proteção contra raios uv, altura de 50 mm, e manta de polipropileno com proteção em látex. a grama deverá ser na cor verde, com linhas de demarcação e áreas de recuo na cor branca. a gramatura do fio deverá ter densidade mínima de 8800 dtex, com gálga 3/8" e 14 agulhas a cada 10 cm, do tipo monofilamento bicolor, com tratamento completo contra ação de intempéries e raios solares (100% uv). o sistema de base deverá possuir furos de drenagem de 15 a 30 furos/m², permitindo o escoamento da água, conforme o projeto da área. a base do produto deverá ser composta por látex, conferindo maior durabilidade e aderência ao solo. o sistema de amortecimento da grama deverá ser composto por camada de areia lavada e grânulos de borracha preta com granulometria de 0,8 a 3,0 mm, proporcionando melhor absorção de impacto. Com garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação ou desgaste prematuro. deverão estar inclusos todos os materiais necessários à execução completa do serviço, como: borracha granulada; cola específica para grama sintética; fita de junção (tape); areia lavada para preenchimento; equipamentos e ferramentas adequadas; mão de obra especializada para remoção da grama existente e instalação do novo material. a grama atual deverá ser removida completamente antes do início da instalação. a instalação do novo material deverá ser feita conforme as melhores práticas do mercado, garantindo nivelamento, acabamento e segurança do espaço esportivo. o serviço será executado na quadra de futebol society da mini arena esportiva, localizada na rua bahia, centro, distrito de Nova Casa Verde – Nova Andradina – MS. todos os materiais, ferramentas e demais itens necessários para a execução do serviço, bem como os custos com transporte, frete, hospedagem e alimentação, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.	1

1.1. Este termo de referência tem como objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMOÇÃO e INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA**



ESPORTIVA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO CAMPO SINTÉTICO DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA E NOVA CASA VERDE.

Considerando que o Município de Nova Andradina se destaca pela promoção e incentivo ao esporte como ferramenta de inclusão social, saúde e desenvolvimento comunitário. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por meio da FUNAEL, é a responsável pela gestão de estruturas esportivas públicas, garantindo o acesso da população a espaços adequados para a prática esportiva e atividades de lazer..

1.2. Dentre essas estruturas, merece destaque o campo de grama sintética localizado na cidade de Nova Andradina e no Distrito de Nova Casa Verde. Esses espaços são utilizados diariamente pela comunidade em atividades organizadas e espontâneas, atendendo crianças, adolescentes, adultos . O uso constante e intenso dessas quadras, em diversas modalidades como futebol society e recreação geral, tem provocado um elevado nível de desgaste no revestimento sintético, comprometendo significativamente sua funcionalidade, segurança e conforto.

1.3. Atualmente, a grama sintética apresenta sinais evidentes de deterioração, como áreas descosturadas, desníveis e falhas na absorção de impacto, tornando a prática esportiva menos segura e prejudicando a experiência dos usuários. A situação exige intervenção imediata por meio da remoção total da grama existente e a instalação de um novo revestimento sintético esportivo, com padrão de qualidade adequado ao uso frequente e prolongado. Essa medida visa restabelecer as condições ideais para a prática esportiva e preservar a integridade física dos usuários.

1.4. A contratação de empresa especializada para execução desses serviços é indispensável, uma vez que envolve técnicas específicas, mão de obra qualificada e o fornecimento de materiais adequados ao uso esportivo, conforme padrões estabelecidos para estruturas de uso público intensivo. Essa contratação se fundamenta no artigo 11 da **Lei nº 14.133/2021**, que determina que as contratações públicas devem observar os princípios da eficiência, eficácia e sustentabilidade, bem como garantir a adequada execução dos serviços, obras e fornecimentos contratados, promovendo o interesse público. orma, a contratação de troféus e medalhas se torna indispensável para a realização e o sucesso dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, garantindo a valorização dos participantes e o fortalecimento das competições como ferramentas de inclusão social, incentivo ao talento e promoção da cidadania.

1.5. Dessa forma, a manutenção da grama sintética dos campos de Nova Andradina e Nova Casa Verde se torna uma ação essencial para assegurar a continuidade das políticas públicas voltadas ao esporte, ao lazer e à cidadania. Com isso, o município reafirma seu compromisso com a valorização da comunidade e com a oferta de espaços públicos de qualidade, seguros e acessíveis a todos.

1.6. A contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme autoriza o Decreto Municipal n. 3.155/2023, de 30 de março de 2023, e objetiva atender a demanda do seguinte órgão solicitante.



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

- 1.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento na Condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 1.8. As quantidades indicadas na tabela do subitem 1. São estimativas de consumo anual.
- 1.9. Não será permitido ao licitante:
- a) Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1. deste Termo de Referência (proposta parcial);
 - b) Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

Da natureza dos bens cujos preços serão registrados em ata:

- 1.9.1. Os itens desta contratação são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII, do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço e dos Contratos dela decorrentes:

- 2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, podendo ser prorrogada sucessivamente, enquanto se mantiver vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 84, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme as condições previstas na própria ata.
- 2.2. No prazo de validade da ata de registro de preço o órgão ou entidade indicado no subitem 1 não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 2.4. A ata a que se refere o subitem 2.1 poderá gerar contratos com vigência de até 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo esses contratos ser prorrogados, conforme justificativa técnica e interesse da Administração, respeitadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.
- 2.5. O instrumento da Ata de Registro de Preço ou contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, prorrogação e condições para sua renovação, de forma a assegurar a legalidade, economicidade e o interesse público.



3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de manutenção e revitalização dos campos sintéticos esportivos pertencentes ao Município de Nova Andradina/MS, especificamente nas localidades da sede e do distrito de Nova Casa Verde. A demanda surgiu a partir de vistorias técnicas in loco, onde foi constatado o elevado nível de desgaste da grama sintética existente, comprometendo a segurança dos usuários e a qualidade das práticas esportivas realizadas nestes espaços públicos.

3.2. Considerando que tais áreas são amplamente utilizadas pela população em eventos esportivos, treinos, jogos amadores e projetos apoiados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SEMEC), faz-se necessária a contratação de empresa especializada para remoção e instalação de nova grama sintética esportiva, de modo a garantir a continuidade das atividades, com segurança, durabilidade e conforto.

3.3. A contratação se justifica também pela inviabilidade técnica e econômica de execução direta pela Administração, tendo em vista a necessidade de mão de obra especializada, uso de materiais específicos e equipamentos adequados, o que reforça a pertinência de se buscar no mercado fornecedor uma solução completa e tecnicamente qualificada.

3.4. O objeto será contratado por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 6º, inciso XL, c/c os arts. 28, II, e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e competitividade.

3.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços se mostra a estratégia mais adequada à natureza da contratação, permitindo à Administração efetuar as contratações conforme sua real necessidade, respeitando a programação orçamentária e as peculiaridades operacionais de execução do serviço, sem gerar estoque nem comprometer recursos desnecessariamente.

4. DO QUANTITATIVO ESTIMADO:

4.1. Destacamos, Conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**, a estimativa de quantitativos necessários para a contratação deve estar baseada em elementos técnicos que demonstrem a real necessidade da Administração, garantindo a correta definição do objeto e o adequado dimensionamento da futura contratação.

4.2. Neste caso, a estimativa de quantidade foi elaborada com base em medições técnicas realizadas in loco, nas quadras de Futebol Society localizadas no município de Nova Andradina/MS e no distrito de Nova Casa Verde. Os levantamentos consideraram as dimensões totais das áreas esportivas que necessitam da substituição da grama sintética, resultando em uma área total estimada de 648 m² (seiscentos e quarenta e oito metros quadrados).

4.3. As medições foram realizadas por equipe técnica da Administração, levando em conta o desgaste acentuado da grama existente, causado pelo uso intenso e diário por parte da comunidade, o que compromete atualmente a segurança dos usuários e a funcionalidade do espaço esportivo.



- 4.4. Dessa forma, a quantidade estimada reflete fielmente a necessidade real de manutenção e substituição da cobertura do campo sintético, com o objetivo de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades esportivas, culturais e de lazer promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em consonância com os princípios da eficiência, razoabilidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme detalhado no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar, a solução mais adequada identificada para atender à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte é a contratação de empresa especializada para a remoção da grama sintética existente e a instalação de nova grama sintética esportiva, nos campos localizados em Nova Andradina e no Distrito de Nova Casa Verde. A contratação deverá ocorrer mediante Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista o caráter continuado da demanda e a economicidade proporcionada por esse tipo de procedimento.
- 5.2. A adoção desta solução visa garantir a manutenção adequada das estruturas esportivas utilizadas pela comunidade, proporcionando segurança, funcionalidade e conforto aos usuários que frequentam os campos diariamente. A escolha por empresa especializada se justifica pelo caráter técnico da execução, que exige mão de obra qualificada, equipamentos específicos e materiais que atendam aos parâmetros mínimos de qualidade e durabilidade exigidos. Dessa forma, o objeto da presente contratação consiste na execução dos serviços de remoção da grama sintética atual e instalação de nova grama sintética esportiva, incluindo o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, insumos, transporte e mão de obra necessários à completa e adequada execução do serviço, conforme as especificações técnicas definidas, com o objetivo de atender plenamente às necessidades estruturais dos campos esportivos do Município de Nova Andradina.
- 5.3. O modo de disputa aberto/fechado promove uma revelação mais confiável das informações por parte dos licitantes. A combinação das etapas aberta e fechada incentiva os concorrentes a apresentarem suas melhores valorações subjetivas sobre o objeto da licitação, resultando em propostas mais vantajosas para a Administração. Além disso, a delimitação máxima do tempo de disputa em 30 minutos reduz os custos transacionais para a Administração, tornando o processo mais eficiente e econômico.
- 5.4. Ao adotar o modo de disputa aberto e fechado, há uma mitigação dos riscos associados à seleção adversa e práticas oclusivas, como a figura do “licitante coelho”. A etapa fechada adiciona um elemento de surpresa que impede estratégias de desestímulo à participação e abuso de poder econômico. Isso favorece uma disputa mais justa e equitativa, especialmente protegendo os licitantes com menor poder econômico e estrutural, conforme preceitos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.5. Em licitações que envolvem como a presente, o modo de disputa aberto/fechado oferece uma modelagem mais eficaz. A etapa aberta permite que todos os licitantes participem livremente, ajustando suas propostas ao máximo durante o processo. A etapa fechada, por sua vez, proporciona uma conclusão estruturada e eficiente, evitando o prolongamento indefinido das disputas e,



consequentemente, os altos custos transacionais que poderiam ocorrer. Este modelo assegura uma administração mais controlada e previsível, beneficiando tanto a Administração Pública quanto os licitantes.

5.6. Dessa forma, resta justificado a adoção do modo de disputa aberto/fechado.

6. Justificativa não consórcio:

6.1.1. No tocante à participação de consórcio, valendo-se do entendimento firmado pelo E. TCE/MG, em sede de Recurso Ordinário n. 952058, de relatoria do Conselheiro José Alves Viana, nas licitações comuns, há inversão da lógica e o pressuposto é de que a admissão de consórcios pode levar à restrição da competitividade, uma vez que retira ou reduz a possibilidade de que empresas menores, isoladamente, possam sagrar-se vencedoras nas licitações, sem que haja fundamento para tanto.

6.1.1.1. No julgado acima citado ficou assente que, em se cuidando de certame licitatório cujo objeto da contratação cuida-se de aquisição comum, já que não exige peculiaridades técnicas diversas, podendo, portanto, as empresas locais realizar o objeto do contrato (ou seja, sem a necessidade de apoio, técnico ou logístico, de outras empresas para assumir as obrigações contratuais).

6.1.1.2. Assim, em razão dos fundamentos apresentados no presente estudo, por se estar diante de aquisição de natureza comum e de pequeno vulto, podendo-se até afirmar que a justificativa de não participação de consórcio afigura-se implícita ou *in re ipsa* (ou seja, imanente ao próprio objeto).

6.1.1.3. Ademais, a utilização de consórcio pode acarretar efeitos positivos e negativos, podendo, a adoção, diminuir a competitividade do certame, ou, até mesmo, impedir a participação de outras empresas.

6.1.1.4. Desse modo, por estar-se diante de uma licitação que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMOÇÃO e INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO CAMPO SINTÉTICO DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA E NOVA CASA VERDE, resta evidenciado que não se está diante de uma aquisição com diversos ramos de atividades, em que a participação de empresas em consórcio seja a melhor medida para a concretização do princípio da ampla competitividade.

6.1.1.5. Nessa esteira, não há complexidade no objeto a ser contratado, inclusive, há diversos certames licitatórios deflagrados pelo Município de Nova Andradina/MS com o objeto que se pretende contratar em que nunca se assegurou a participação das empresas em consórcio.

6.1.1.6. Diante do exposto, a participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, ao contrário, pode até restringir a concorrência em razão da inexistência de complexidade do objeto que se propõe contratar.

6.1.1.7. Pelo contrário, a previsão de empresas reunidas em consórcio poderá



ensajar o domínio no mercado e acabar ensejando contratação desvantajosa para a Administração Pública.

6.1.1.8. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de

Consórcio.

6.2. SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1.1. A contratação com o detentor da ata será formalizada pelo órgão ou entidade participante, observado o disposto neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço.

7.1.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1.1. A execução dos serviços deverá ocorrer mediante autorização de fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ou entidade competente, devidamente assinada pela autoridade responsável, e acompanhada da respectiva nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente. O prazo para início da entrega, não superior a **30 (trinta) dias corridos**, para atender à solicitação do órgão/entidade requisitante, contados do recebimento da autorização de fornecimento, contrato ou instrumento equivalente.

8.1.2. O prazo para **início da execução do serviço** será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da autorização de fornecimento pela empresa contratada.

8.1.3. A remoção da grama sintética existente e a instalação de nova grama sintética deverão ser realizadas nas quadras de futebol society da Mini Arena Esportiva, localizadas na Rua Pastor Júlio Ferreira de Alencar, nº 1056 – Nova Andradina/MS, e na Rua Bahia, Centro, Distrito de Nova Casa Verde – Nova Andradina/MS. O serviço deverá ser executado de forma contínua, observando-se os critérios técnicos, operacionais e de segurança descritos neste Estudo Técnico, sendo o prazo máximo para a conclusão das instalações de até 30 (trinta) dias corridos, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

8.1.4. Todos os materiais fornecidos e os serviços executados deverão atender rigorosamente às especificações técnicas descritas neste documento. A constatação de qualquer desconformidade ensejará a recusa imediata pela Administração Pública Municipal,



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

devendo a empresa realizar as adequações necessárias sem qualquer ônus adicional para o Município.

8.1.5. Em caso de recusa técnica ou constatação de vícios, defeitos ou incompatibilidade com as especificações, a empresa será notificada formalmente e deverá corrigir ou substituir os materiais e/ou serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.1.6. A fornecedora compromete-se a resolver todos os problemas que venham a acontecer, dos itens contratados, imediatamente. Caso ocorra alguma falta ou impossibilidade, o mesmo deverá ser substituído de imediato.

8.1.7. A contratada obriga-se para o fornecimento dos itens estar em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

8.1.8. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do item /serviço licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS ITENS:

9.1.1. O recebimento dos itens se efetivará, em conformidade com o art. 140 da Lei 14.133/2021, nos seguintes termos:

9.1.2. A execução do serviço, será recebida provisoriamente e de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do contrato, no prazo de até 03 (três) dias, contados da data e recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços, para efeito de posterior Verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.1.2.1. Quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, os serviços poderão ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo de 15(quinze) dias, cuja contagem se iniciará a partir da notificação da contratada, às suas custas e, no caso de não serem atendidas as determinações, deverão ser rejeitadas, sem prejuízo de aplicação das penalidades.

9.1.2.2. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.1.3. Os itens serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 6 (seis) dias, contados do recebimento provisório, mediante preenchimento de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.1.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do



atendimento das exigências contratuais.

9.1.4. Deverá ser designado servidor ou comissão responsável pela gestão do contrato e acompanhamento e fiscalização da entrega da execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.5. Os serviços deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o serviço, o valor unitário da diária, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das indicações referentes a: fabricante, marca, procedência e prazo de garantia.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto dessa contratação, quanto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. O serviço será executado na quadra de futebol society da Mini Arena Esportiva, localizada na Rua Pastor Júlio Ferreira de Alencar nº 1056 – Nova Andradina – MS e o outro serviço será executado na quadra de futebol society da mini arena esportiva, localizada na rua bahia, centro, distrito de Nova Casa Verde – Nova Andradina – MS. . Todos os materiais, ferramentas e demais itens necessários para a execução do serviço, bem como os custos com transporte, frete, hospedagem e alimentação, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

10. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DO CONTRATANTE E CONTRATADO

10.1. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO/ENTIDADE PARTICIPANTE E DETENTOR DA ATA:

Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e Entidades participantes são aqueles previstos na Ata de Registro de Preço.

10.1.1. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, e estão sujeitas as obrigações descritas neste Termo de Referência.

10.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.2.1. São obrigações do Contratante:

10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.2.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

10.2.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

10.2.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.2.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis;

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.2.14. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.3.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.3.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art.116, da lei nº 14.133, de 2021);

10.3.10. Paralisar por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.3.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.3.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros Incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da lei nº 14.133, de 2021;

10.3.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.3.14. Fornecer os itens, conforme especificado o presente instrumento deste Termo, bem como a sua entrega no local e data pré-fixadas pelo órgão demandante;

10.3.15. A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.

10.3.16. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) gestor e fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o respectivo regulamento do Decreto Municipal nº 3.153, de 2023. execução do

11.2. Compete ao gestor do contrato o exercício das atribuições descritas no art. 10 do Decreto Municipal nº 3.153, de 2023.

Compete ao fiscal do contrato o exercício das atribuições descritas no art.10 do Decreto Municipal nº 3.153, de 2023.

11.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados nos termos do Decreto Municipal nº 3.153, de 2023.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

12.1. PAGAMENTO:

12.1.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito e conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo.

12.1.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

12.1.3. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceita-la, com a glosa



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.1.3.1. Na hipótese de evolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

12.1.4. A contratante não pagará, sem que tenha autorização previa e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

12.1.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.1.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

12.1.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.7.1. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a Contratada será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

12.1.7.2. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem 7.1.7.1 poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

12.1.7.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do prestador, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados aos meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.1.7.4. Persistindo a irregularidade, a contratante, em decisão fundamentada, Deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

12.1.8. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

12.1.8.1. Não produziu os resultados acordados no subitem 4.2. Deste Termo de Referência;

12.1.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida no subitem 1. Deste Termo de Referência;

12.1.8.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.9. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.



12.2. REAJUSTE

- 12.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.
- 12.2.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) índice (s) definitivo (s).
- 12.2.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).
- 12.2.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto
- (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.
- 12.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Critério de Julgamento

- 13.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 13.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 13.1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

13.2. HABILITAÇÃO



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

13.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.2.2. Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I - **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV - **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.2.2.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

13.2.2.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, o pregoeiro poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento;

13.2.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

a) Independentemente da sede ou domicílio do licitante, certidão emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul (SEFAZ) ou pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE) que comprove a regularidade do licitante referente a todos os créditos tributários estaduais e à Dívida Ativa do Estado por elas administrados;

b) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.2.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.2.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.2.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem

8.2.3.1.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.2.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.2.4. O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos:

13.2.4.1. Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



13.2.4.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido

Judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.2.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais Demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

13.2.4.2.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

13.2.4.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.2.4.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índice Solvência Geral (SG), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

13.2.4.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em no índice de Solvência Geral (SG), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

13.2.4.3.2. O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.2.5. Para fins de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.5.2. Como requisito de habilitação técnica será (ão) exigido (s) Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido (s) por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada, comprovando que a empresa executou, satisfatoriamente, serviços de instalação de grama sintética esportiva com características técnicas semelhantes às exigidas neste certame.

8.2.5.3. O atestado de capacidade é a forma pela qual se pode avaliar o relacionamento das proponentes com outros órgãos ou instituições públicas e privadas, visando assegurar que a contratação seja feita com fornecedores que possuem experiência com a



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

execução do objeto da mesma natureza. Possui ainda, a finalidade de assegurar a comprovação, de maneira satisfatória, de que a empresa licitante detém capacidade logística na execução do objeto a ser contratado, relacionada à quantidade e ao prazo de fornecimento, e reduzir riscos com a contratação de empresas que possam interromper o fornecimento dos itens, causando assim prejuízos a aquisição dos itens à Administração Pública.

8.2.5.4. A possibilidade de solicitação do atestado de capacidade técnica está prevista no Art. 67, caput e incisos da Lei 14.133/2021.

8.2.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.6. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA em nome do responsável técnico da empresa, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado, nos termos do art. 67, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5.7. Comprovação de que o profissional responsável técnico indicado pela empresa possui registro no respectivo conselho de classe (CREA), com atribuição compatível com a atividade contratada.

8.2.5.8. Amostra Técnica

8.2.5.9. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física da grama sintética esportiva a ser fornecida, no prazo máximo de 7 dias após a adjudicação, para análise e aprovação da Administração, com base nas especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

8.2.5.10. A amostra será avaliada quanto à conformidade técnica, incluindo:

- Altura do fio (mínimo 50 mm),
- Densidade do fio (mínimo 8800 Dtex),
- Monofilamento bicolor,
- Presença de tratamento UV,
- Cor e acabamento,
- Espessura e composição da base (manta de polipropileno + látex),
- Presença de perfurações para drenagem.

8.2.5.11. A aprovação da amostra será condição indispensável para a assinatura do contrato. A recusa da amostra por desconformidade técnica poderá implicar a desclassificação da proposta e convocação da próxima empresa classificada.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. Caso a contratação utilize exclusivamente recursos municipais, o procedimento para a pesquisa de preços observará o disposto Decreto Municipal n. 3.157/2023 e Decreto Municipal n. 3.330/2024, ao passo que, utilizando-se de recursos Estaduais, o procedimento para a pesquisa de preços observará o disposto no Decreto Estadual nº 15.940, de 2022; ao passo que, utilizando-se de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, será observado o disposto na IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

14.2. Depois de realizada a pesquisa de preços, fica a unidade administrativa competente AUTORIZADA a constar, como anexo do Edital, o valor previamente estimado da contratação.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Por se tratar de sistema de registro de preços a dotação orçamentária será informada na formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no parágrafo único do artigo 63 do Decreto Municipal nº 3.155, de 30 de março 2023.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

16.2. A disciplina das infrações cometidas no procedimento licitatório deve observar o disposto no item 11 do Edital.

16.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

16.4. Der causa à inexecução parcial do contrato;

16.5. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.6. Der causa à inexecução total do contrato;

16.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

16.9. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.11. Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.12. Entregar de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

16.13. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, III, III, IV do art. 156.

16.14. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

17. Sanção de Multa



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

17.1. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:

17.1.1. De 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.1.2. De 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

17.1.2.1. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

17.2. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido, nos percentuais estabelecidos no Decreto Municipal 3.331/2024, de 19 de janeiro de 2024.

Infração (Subitens)	Percentual da multa
Art. 7º, Inciso I	De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que: a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Art. 7º, Inciso II	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Art. 7º, Inciso III	de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
Art. 7º, Inciso IV	de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
Art. 7º, Inciso V	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado em caso de: a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

	execução do contrato; b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato; c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza; d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas; g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
Art. 7º, Inciso V	§1º Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput deste artigo e seus incisos para o cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação ou sobre o valor do item registrado em ata de registro de preço. § 2º Nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, a sanção poderá atingir o percentual de até 30% (trinta por cento) nas hipóteses de que trata o § 1º do art. 35 deste Decreto.
Art. 8º	Na cobrança do valor da multa moratória ou compensatória aplicada, observar-se-á o disposto no § 8º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem.

17.3. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

17.4. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.5. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Nova Andradina/MS, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Sanção de impedimento de licitar e contratar

19.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas no Art.7º, Incisos I ao V., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Nova Andradina/MS, obedecida a seguinte gradação, definida estabelecidos no Decreto Municipal 3.331/2024, de 19 de janeiro de 2024.

Infração (Subitens)	Pena
Art. 4º - I	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: pena - impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
Art. 4º - II	dar causa à inexecução total do contrato: pena - impedimento pelo período de até 3 (três) anos;
Art. 4º - III	deixar de entregar a documentação exigida para o certame: pena - impedimento pelo período de até 3 (três) meses;
Art. 4º - IV	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: pena - impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;
Art. 4º - V	não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: pena - impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;
Art. 4º - VI	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: pena - impedimento pelo período de até 1(um) ano.

20. Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

20.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas no Art. 5º, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação, definida no Decreto Municipal 3.331/2024, de 19 de janeiro de 2024.

Infração (Subitens)	Pena
Art. 5º - I	nas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, obrigatoriamente;



PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul
Governo Municipal

Art. 5º - II.	nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no caput do art. 4º deste Decreto.
---------------	--

Parágrafo único. Nas infrações administrativas de que trata o inciso I deste artigo deverá ser obedecida a seguinte gradação:

- I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: pena - declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: pena - declaração de inidoneidade de até 6 (seis) anos;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: pena - declaração de inidoneidade de até 6 (seis) anos;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: pena - declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: pena - declaração de inidoneidade de até 6 (seis) anos.

Processo Administrativo Sancionador

20.2. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo III do Decreto Municipal nº 3.331/2024, de 19 de janeiro de 2024.

21. ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR “NÃO PARTICIPANTES”

21.1. A ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR “NÃO PARTICIPANTES” não será permitida.

Equipe de Planejamento:

Thais B. Da S. Beltram
Matrícula: 5929

Bruna D. Bizache
Matrícula: 12116